

Cresce o nome de Abadia para o Buriti

Deputada seria apoiada por uma frente de partidos progressistas

O quadro político de Brasília ainda está muito confuso com as incertezas sobre a realização de eleições diretas este ano para governador e deputados distritais. Mas um fato novo surgiu na última semana e está esquentando: o lançamento do nome da deputada Maria de Lourdes Abadia para concorrer ao cargo de governadora, apoiada por uma frente de partidos progressistas. Ela sairia do PFL, partido em que se encontra atualmente como dissidente, e elaboraria um programa em conjunto com as lideranças comunitárias, priorizando o social: emprego, moradia, saúde, educação etc.

Desde a semana passada, quando a candidatura foi ventilada pela imprensa, os telefones do apartamento da deputada e de seu gabinete na Câmara não param de tocar. São professores, lideranças comunitárias, camelôs, autoridades políticas da cidade, todos com uma só pergunta: "É verdade que você vai sair candidata a governadora?". De início já oferecem o seu apoio. Tem até o caso de um grupo de mulheres das cidades-satélites que disse o seguinte: "Ou você aceita ou nós vamos denunciá-la do Procon, porque você está sendo omissa em atender a um reclamo do povo".

E a questão repercute tam-

bém no Congresso. "Vamos lá, governadora?", grita um funcionário da Câmara, enquanto a deputada Sandra Cavalcante (RJ), também dissidente do PFL, migrando para o novo partido que está sendo formado com tendências de centro-esquerda, comenta: "Você tem que aceitar. Acho isso uma vergonha — ninguém quer ser candidato para um mandato de dois anos. E se o PFL não apóia, mais uma oportunidade para você sair dele e vir para o novo partido. Se você não aceitar, transfiro meu título para Brasília e vou concorrer, lein?", disse Sandra, brincando, para acrescentar depois seriamente: "Vamos conversar ainda hoje sobre isso".

Sem esconder o entusiasmo e também o medo, Maria Abadia tem consciência que poderá ganhar, pois além de rachar o eleitorado de Múcio Athayde, concentrado nas camadas mais pobres das cidades-satélites, ela ainda conta com grande simpatia do eleitorado nível médio, morador do Plano Piloto. "Eu votei pelos quatro anos para o presidente Sarney e temo que, ganhando, ele inicie um processo de retaliação financeira que prejudique a população de Brasília ainda mais", afirma. A deputada foi, durante 10 anos, administradora regional da Ceilândia (1975/85).

"Se os quatroanistas não são convidados ao menos para festas no Itamaraty, como aconteceu agora com a visita do primeiro-ministro de Portugal, você acha que o presidente Sarney repassaria qualquer dinheiro para o Distrito Federal se eu fosse eleita?". Ao mesmo tempo, ela própria analisa que se isso acontecer será muito perigoso, pois Brasília é como um barril de pólvora, prestes a explodir. Pessoalmente, diz que não tem nada contra o presidente Sarney: "Só acho que o Governo de transição deve acabar com a promulgação da nova Constituição".

Faz questão de ressaltar que não está descartando uma candidatura simplesmente porque o próximo Governo terá um mandato-ampão — "como a gente está vendo muitos dizem". Seu problema está na dependência orçamentária do GDF à União, pelo menos até se votar as leis complementares, quando serão fixadas normas para viabilização da reforma tributária. Até que isso aconteça, ela receia que um Governo de oposição ao Presidente fique impossibilitado até mesmo de cumprir um programa emergencial: "Não tenho dinheiro para bancar Brasília", diz. Mas com um sorriso de quem está gostando, acrescenta: "É muito sério. Ainda estou pensando".